



Anais da Assembléia

N.º 019

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 5 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 15 SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1984.

QUINTA-FEIRA.

SUPLENTE:

Deputado GILBERTO CARVALHO

Deputado ODENI MONGRUEL

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

Presidência do Senhor Deputado Péricles Pacheco, secretariada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana e Erondy Silvério.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antonio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Péricles Pacheco) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Através do presente, venho indicar os Senhores Deputados da Bancada do PDS, que deverão compôr a Comissão Especial de Reforma à Constituição.

TITULARES:

Deputado AUGUSTO CARNEIRO
Deputado EZEQUIAS LOSSO

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, 31 de março, próximo passado, nesta Capital, do Senhor Batista Taverna, figura muito querida no Bairro do Ahu.

Com sessenta e cinco anos de idade, o falecido dedicou grande parte de sua vida à Fábrica de Pianos Essenfelder da qual foi funcionário exemplar e deixou um grande número de fiéis amigos, que hoje o pranteiam.

No ensejo, requeremos, ainda, que do presente requerimento seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) ANÍBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em data de hoje, do Senhor RUBENS FRANCISCO SPENGLER, DD. Prefeito do Município de Pinhão.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Prefeito de Pinhão, RUBENS FRANCISCO SPENGLER. Requer, outrossim, que do teor deste Requerimento seja informado o Líder da Bancada do PDS na Câmara Municipal de Pinhão, Vereador RAUL SOARES DOS REIS.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a

consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelos falecimentos dos Senhores Rubens Francisco Spengler, Prefeito Municipal e Mário Evaldo Morski, Líder da Bancada do PMDB, ocorridos no Município de Pinhão.

Tais passamentos, vêm de consternar a população de Pinhão, tendo em vista a personalidade daqueles homens públicos, que muito fizeram em prol da comunidade.

Sala das sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações e cumprimentos especiais ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Londrina, Doutor Wilson Rodrigues Moreira, e ao Doutor Nivaldo Gotti-Superintendente do Sercontel, pelas atitudes corajosas em promover a expansão telefônica autônoma, preservando desta forma o interesse de toda a comunidade londrinense.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

A posição tomada pelo Sercontel encontra-se em perfeito respaldo, nas normas o novo direito positivo, maxime-arbitrado pela Constituição e em princípios básicos do Direito Administrativo.

O questionamento proposto se refere, unicamente, a não acatar regras impostas pela Portaria do Ministério das Comunicações n. 1361/76 sem que haja qualquer ofensa ao texto constitucional.

Entende o Sercontel que aquela portaria não se aplica à Autarquia; é destinada a pessoas jurídicas de direito privado, não as de direito público.

O Sercontel pretende expandir o serviço de telefonia sem alterar sua personalidade jurídica (Autarquia) e aquela portaria, sem nenhum respaldo legal, quer que o Sercontel se transforme em S/A., para poder prestar serviços titulados (a expansão é prestação de serviço; é dever do Poder Público).

Antonio Celso Bandeira de Mello e Hely Lopes Meirelles juristas que dispensam apresentação, deram parecer no sentido de que o Sercontel pode e deve fazer as expansões desejadas, mantendo sua forma jurídica como autarquia e que, se embaraços houverem por parte do Ministério, sob alegação de desobediência à Portaria 1361/76, "deverá a Autarquia impetrar mandato de segurança para remover o impasse que lhe esteja a ferir este Direito líquido e certo". (sic), Bandeira de Mello).

De resto, é de ressaltar que a expansão está sendo realizada com a observância rigorosa de todas as exigências técnicas estabelecidas pelo Ministério. E quanto ao preço de venda de telefone, também há absoluta obediência aos padrões ditados pelo Governo Federal.

Portanto, nada há de inconstitucional na pretensão do Sercontel, porque não fere nenhuma norma de Lei Magna Inconstitucional é a atitude do Ministério, no intuito que prevaleçam regras ditadas por uma simples Portaria, sobre princípios de lei que estruturam os direitos de autarquia em explorar o serviço de telefonia em Londrina.

Se o Ministério não deseja que a exploração se faça pela Autarquia, o caminho ditado pela Constituição é a cassação da concessão, e a obrigação de indenizar, nunca criar empecilho e exigência não previstos em lei.

Esta é a ameaça, devido processo legal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, à Fundação Roberto Barrozo, criada no mês de março próximo passado, que congrega funcionários do "Jornal do Estado", nesta Capital.

Após sua aprovação, dê-se ciência ao Senhor Presidente da Fundação, Carlos Queiroz e ao Senhor Diretor Presidente do "Jornal do Estado" Roberto Barrozo Filho.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO MOURÃO, pela promoção do Primeiro Encontro de Empresários Mourãoenses, realizado no último dia 24, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente, JINTARO IKEDA.

Nos dias atuais, são constantes as modificações no quadro econômico na vida nacional, exigindo de todos uma constante reflexão sobre os rumos tomados, os aspectos futuros, além dos desdobramentos no que se refere às estruturas sociais e políticas, especialmente.

Neste sentido, ante esta linha de raciocínio, o conjunto de empresários mourãoense, através de sua entidade de representação, reuniu-se com o objetivo de debater os problemas relacionados à indús-

tria e ao comércio. Com a participação de cerca de cem pessoas daquele setor, foi possível estabelecer entre estes, graças ao excelente índice de avaliações extraídas dos dez grupos de trabalho, destacando-se em forma de documento, as seguintes e principais prioridades:

- Maior divulgação daquele município, através da Prefeitura Municipal;
- Adoção de critérios mais rígidos na emissão de cheques, para evitar o número sempre crescente de cheques sem provisão de fundos;
- Melhoramento nos aspectos visuais da cidade;
- Divulgar as potencialidades e diversidade das empresas;
- Centralização dos recursos gerados no município, como forma de evitar sua evasão para outros centros.

Seguramente, que as condições a que chegaram os presentes, servem ao menos, para o indispensável início de uma mentalidade no meio empresarial, como forma de contribuir para o estabelecimento de uma nova realidade sócio-econômica do Município de Campo Mourão, servindo de exemplo para outros centros de nosso Estado bem como do Brasil.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Wilson Caetano, diretor de "O JORNAL DE MARINGÁ", enviando votos de congratulações deste Poder Legislativo à Diretoria e Equipe daquele Órgão, por ocasião da passagem de mais um aniversário no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Mais um ano de atividades jornalísticas comemora "O JORNAL DE MARINGÁ", órgão de imprensa regional, com sede em Maringá.

Este órgão de imprensa vem se impondo como um meio de comunicação sério e de prestígio no Norte do Estado do Paraná.

Hoje, são 31 anos de luta jornalística, daí a razão deste nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de

que sejam realizados estudos, visando a criação e instalação de dois postos de saúde para os Distritos de Geremia Lunardi e Santo Rei, ambos pertencentes à municipalidade de Nova Cantu.

Tratam-se de dois Distritos que possuem grande contingente populacional, cujos integrantes, em sua maioria absoluta, são trabalhadores rurais, sustentáculo econômico de desenvolvimento daquelas localidades.

A criação e instalação dos referidos Postos de Saúde, para atendimento público, permitirá uma atuação mais dinâmica e acessível por parte dessa Pasta. Além do mais, contribuirá na elevação das condições de vida no que tange à saúde preventiva e de primeiros socorros.

Neste sentido, em razão do exposto, aguarda-se dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a adoção de medidas capazes de concretizar o que ora é proposto, vindo de encontro aos interesses dos moradores daqueles Distritos pertencentes à Municipalidade de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine urgentemente a recuperação do acesso à PR-180, localizado na Municipalidade de Moreira Sales.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor José Ferreira e Silva, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Moreira Sales, este afirma que não pode continuar a existir tais problemas naquele acesso, pois a situação ora verificada, possibilita até mesmo a ocorrência de acidentes envolvendo veículos automotores.

O acesso à PR-180, em Moreira Sales, está naquela condição em razão da desagregação do solo (erosão), exigindo o desenvolvimento de obras que eliminem definitivamente problemas de qualquer ordem.

É de capital importância, face aos motivos percorridos, que essa Secretaria de Estado dos Transportes, encaminhe rapidamente medidas visando a segurança dos que usam aquele acesso para trafegar pela PR-180, assim como a outras rodovias.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, objetivando a liberação de recursos orçamentários, destinados ao pagamento do funcionalismo público da Municipalidade de Araruna.

A situação daquele município, é sem dúvida, uma das mais delicadas no contexto geral, no que se refere especificamente aos funcionários públicos, que não recebem seus salários referentes a janeiro e fevereiro de 1984 e o 13.º salário de 1983.

Tal situação tem colocado aquela Administração Municipal, segundo o Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini. Prefeito, em difícil situação, por causa de não possuir verbas capazes de eliminar os problemas para com os funcionários. Ademais, graças ao esforço da Prefeitura os problemas não são ainda maiores.

Portanto, necessita o município paranaense, pelo menos CR\$ 20.000.000,00, que colocariam de uma vez por todas, em dia as obrigações salariais ora mencionadas.

Espera-se por parte dessa Secretaria de Estado das Finanças, que se destine os recursos solicitados, tendo em vista a expectativa existente naquela classe funcional.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do INCRA, solicitando solução urgente para o grave problema dos ilhéus do Rio Paraná.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Os ilhéus e suas famílias, há muito, aguardam solução por parte do INCRA para o gravíssimo problema do alagamento de suas terras.

Habitam hoje em barracas que não oferecem a mínima condição humana e clamam providências, visto haverem perdido as suas propriedades por contingências que lhe são estranhas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário do

Interior, no sentido de que sejam tomadas medidas cabíveis para a instalação de uma repetidora de sinais de televisão, através da Radipar no Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma reivindicação de toda a população de Cândido de Abreu e municípios vizinhos, sendo que tal obra irá, por certo, proporcionar melhor integração estadual, levando a imagem de tão importante meio de comunicação social como instrumento de lazer, conhecimento dos problemas estaduais, nacionais e internacionais, e principalmente de desenvolvimento cultural do povo.

Espera-se assim, por parte da Secretaria de Estado do Interior e da Radipar-Rádiodifusão do Paraná S/A., as medidas e soluções que deverão, com certeza, serem determinadas por sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, sobre esta legítima reivindicação de Cândido de Abreu e de sua próspera região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Senhora Superintendente da FUNDEPAR- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja carreado recurso financeiro para a implantação de nova iluminação do Colégio Professor João Maria da Costa, localizado na Municipalidade de Nova Cantu.

Com um elevado número de alunos, necessita aquele estabelecimento educacional, de realizar urgentemente a implantação de uma nova estrutura de iluminação em suas instalações, haja vista as péssimas condições das existentes.

Tal pedido visa atender a reivindicação dos integrantes do Colégio, os professores, funcionários e alunos, que afirmam que em muito compromete a falta de uma iluminação adequada, podendo trazer alguns problemas de enorme gravidade, tais como: à saúde (especialmente a vista) e da segurança.

Neste sentido, em razão da exposição de motivos, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, juntamente com a Fundepar, o encaminhamento prático de medidas que contribuam para a eliminação daquela deficiência.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório daquela ACARPA, na Municipalidade de Fênix.

Trata-se de uma região caracterizada em sua economia, pelas atividades agrícolas e agropecuárias responsáveis pelo processo desenvolvimentarista daquele município. Ademais, apesar da falta de uma política condizente com os interesses dos proprietários rurais, ainda se é possível o cultivo de diversos tipos de vegetais, ou a criação de várias raças de animais tanto para corte como para a lactação.

Com a criação de um escritório da ACARPA, sem dúvida alguma, que estaria oferecendo àquele setor, uma assistência a altura do seu potencial produtivo, uma vez que atualmente, não existem meios de oferecer uma orientação condizente.

Espera-se por parte dessa Pasta, uma avaliação quanto ao problema ora relatado, tendo em vista, a reivindicação dos municípios.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo o envio de recursos financeiros para a construção de uma sala para a instalação de uma futura biblioteca na Escola Estadual de Rancho Alegre, Distrito pertencente à Municipalidade de Goioerê.

De iniciativa da Diretoria daquele estabelecimento de ensino de 1.º grau, a Senhora Harue Ota Rodrigues esta afirma, conforme correspondência, a real necessidade de oferecer um local apropriado para que os estudantes possam realizar suas pesquisas de interesses escolar, que por muitas vezes, não é possível, em razão de tal condição.

Neste sentido, em face daquela reivindicação da direção escolar, que é também do estudantado e professores, espera-se que essa Secretaria de Estado da Educação possa avaliar uma melhor forma de atender tal pedido, o que virá por certo, contribuir na elevação do grau de aprendizado

dos pertencentes ao quadro de alunos da referida escola.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignada moção de apoio ao projeto de lei de autoria do nobre Deputado ODILON SALMÓRIA, que altera a Política Nacional do Trigo e estabelece novas normas para seu abastecimento, industrialização e comercialização, conforme cópia anexa, o qual está tramitando junto à Câmara Federal, solicitando que sejam cientificados os ilustres Presidentes da Câmara Federal e do Senado, bem como o Parlamentar autor do referido plano de lei.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei de autoria do Deputado Odilon Salmória, ora em tramitação na Câmara Federal, já foi objeto de estudos pela Câmara Municipal de Apucarana, a qual deliberou, por unanimidade, que as autoridades estaduais e federais, apoiassem sua aprovação, por se tratarem de normas que viriam consolidar, de maneira satisfatória, a Política Nacional do Trigo.

Tratando-se de município de grande expressão dentro de nosso Estado, a solicitação da Câmara Municipal de Apucarana, procedida através do ilustre Vereador Antonio Natálio dos Santos, faz-se merecedora de igual apoio por esta Casa, dado o interesse de nosso Estado em que aquele plano de lei seja aprovado.

Sabedores do alto espírito de luta em defesa do aprimoramento das normas legais vigentes, que domina nossos representantes junto ao Congresso Nacional, essa moção de apoio servirá de estímulo ao trabalho que os mesmos desenvolvem em prol da agricultura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações à Direção do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado- IPE a respeito dos seguintes quesitos:

I - Qual o montante das despesas efetuadas para a realização de uma reunião do IPE, nas dependências do Hotel Iguaçu Campestre, nos dias 16 e 17 do corrente mês?

II- Qual a necessidade da realização de uma reunião de trabalho fora das depen-

dências do IPE;

III- Qual a relação de parentesco entre o proprietário do Hotel Iguaçu Campestre com assessores do Senhor Superintendente do IPE?

IV - Quais os resultados alcançados no referido encontro?

V - Houve recentemente um desfalque na Farmácia do IPE?

VI - Em caso afirmativo, quais os resultados das investigações procedidas e as penalidades aplicadas aos responsáveis?

VII - Quais as razões que determinaram o fechamento da Farmácia do IPE localizada na Alameda Dr. Muricy?

VIII - Qual a programação para a melhoria do atendimento ao segurado do IPE no tocante a produtos farmacêuticos?

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, a transcrição, nos Anais desta Casa, dos dois documentos anexos, elaborados pelos Secretários de Finanças, em reunião acontecia em Brasília, no mês de fevereiro próximo passado, e dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, contendo reivindicações dos Estados quanto ao repasse de recursos dos Fundos de Participação a Estados e Municípios, e à falta de representatividade dos Estados junto ao Conselho Monetário Nacional.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Presidentes Regionais do PMDB e às Lideranças do PMDB nas Assembléias Legislativas.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Os Governos que alcançaram o poder político pela força, seja por golpes de mão ou por articulações de bastidores, sempre procuraram, além da imagem da legalidade, interna e externa, as posições de legitimidade e credibilidade, pois, só assim, poderiam assegurar uma permanência mais ou menos tranquila na maré haitiana do mando político.

No Brasil, após as articulações intencadas por um grupo de descontentes com a evolução da representatividade das bases organizadas política e socialmente, articulações estas que redundaram em golpe ao-Presidente João Goulart - diga-se, de passagem, o último Supremo Mandatário eleito pelo voto popular - o que se viu foi uma desregrada conduta protencionista dos ditos nacionalistas de direita, que nada mais eram, com raras exceções, que prepos-

tos dos grandes grupos multinacionais que se apossaram desta Nação.

Porém, sob os disfarces normais para encobrir as verdadeiras intenções, foi promovido um "crescimento econômico" de causar inveja ao mundo: o famoso "milagre brasileiro". Delfim despontando, no cenário mundial, como o mágico da economia do terceiro mundo, quiçá provocando iras e convulsões ao famoso e milenar "Merlin", das histórias em quadrinhos.

E caminhamos nós, até hoje, entre secas e enchentes, entre minis e máxis desvalorizações, entre mentiras e meias verdades, entre promessas e descrenças, mas sempre no caminho sinuoso do disfarce moral, montando acampamento nas fronteiras do entreguismo, da irresponsabilidade e da corrupção, para chegarmos até a institucionalização da agiotagem oficializada.

E foi através desta "política" que tentaram "montar" uma espécie de legitimidade, com a qual conseguiram, até, encobrir prisões, torturas e cassações; COMEC's e INTERBRÁS; fechamento do Congresso para outorga draconiana de uma Constituição; Laureanos e Coroas-Brastel; Rios Center e Capemis; Banco do Brasil e o escândalo da mandioca; confisco do café e da soja. Escândalos e descalabros se avolumaram de tal forma que, hoje, em medida linear, para alguns governantes, a lua é perto, e sob a ótica do volume, o Rio Amazonas vira Chuí.

Mas, mesmo com a "legalidade" imposta coercitivamente, via decretos-leis e decursos de prazo, e com a legitimidade contestada por 61,2% do eleitorado brasileiro - posição das eleições de 1982 - o atual Governo Federal insiste, ainda, com suas imposições, ao afirmar que eleição direta, hoje, é perturbação da ordem.

Acontece que, agora, o que está faltando, mesmo, é credibilidade... E a suspeição da credibilidade, agora, não é da oposição, que desde a primeira hora denunciava; a suspeição da credibilidade é levantada pelo próprio Tribunal de Contas da União, quando não quis opinar conclusivamente sobre a transferência dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, promovido pela União, após realização de auditoria nessa rubrica orçamentária.

Foi na última reunião dos Secretários de Fazenda, realizada no mês de fevereiro do ano corrente, em Brasília, que foram elaborados dois documentos, dirigidos ao Ministro da Fazenda, questionando as alíquotas de transferência de fundos referentes ao mês de janeiro, quando foram tomados referenciais do ano anterior, eis que já existia, em vigor, a Emenda Constitucional n.º 23, ou Emenda Passos Porto.

Mas, embora se faça um esforço para acreditar que o que é dito pelo Governo

Central tenha algum fundo de verdade, é dura a constatação de certas verdades. Até que ponto suportaremos tanta mentira, tanta desfachatez, tanta falta de vergonha e de pudor? Até quando seremos espoliados em nossos direitos? Até quando nos iludiremos com um sistema falido, mentiroso e desavergonhado? Até quando seremos nós a pagar por tais desmandos, como este da retenção de 2/3 do Fundo de participação dos Municípios neste mês de março, sob a irônica afirmativa de que houve erro de cálculo?

Se houve erro, fica oficialmente reconhecida a incapacidade e incompetência que todos já sabem existir. Mas, somente a falta de confiança no Governo Federal é que levou todos os Governos Estaduais, através de seus Secretários, categorica e corajosamente, a "questionar a forma como foi procedido o repasse", requerendo que "sejam fornecidos espelhos detalhados das operações dos Fundos de Participação e Especial", a fim de que se saiba, honestamente, "... os valores efetivamente arrecadados e os rateados".

Eleição direta neles!

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 55/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Aos professores que tenham recebido a gratificação de regência de classe durante três períodos letivos consecutivos, nos termos do disposto no Art. 10, da Lei 7099, de 8 de janeiro de 1979, fica assegurada a incorporação aos proventos de que trata o Art. 2.º da Lei n.º 7507, de 15 de outubro de 1981.

Parágrafo Único: Para os efeitos do disposto nesta lei, o tempo será contado levando-se em consideração o período letivo propriamente dito, incluindo-se os períodos de férias, imediatamente posteriores, que também serão considerados como de regência.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem como objetivo sanar injustiça que foi cometida com professoras, que havendo exercido períodos de regência sob a égide de legislação anterior, deixaram de levar em sua aposentadoria, a gratificação correspondente, por não ser anteriormente computado, para tal fim, o tempo correspondente a férias.

O SR. PRESIDENTE (Péricles Pacheco) Está

finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Os médicos veterinários paranaenses formularam uma proposta para um programa de produção animal do Estado do Paraná, que foi enviado aos setores competentes do Governo do Estado, pedindo a criação do Instituto de Produção e Saúde Animal, conforme foi amplamente divulgado pela imprensa. Mas, o assunto não para aí.

Existem dados da maior importância para o desenvolvimento harmônico da agropecuária, que não têm sido explorados devidamente nos debates parlamentares sobre a questão.

Destacamos principalmente dois: o primeiro refere-se à preservação do meio ambiente, mostrando que a ecologia não é inimiga da atividade produtiva, mas aliada; o segundo, refere-se ao apoio ao pequeno agricultor, por meio de medidas simples e fáceis de serem aplicadas.

Se bem que a criação do Instituto, ou melhor, a desvinculação de setores do IAPAR e do TECPAR, resultará na pesquisa de melhor aproveitamento da atividade de produtos animais, sem afetar o equilíbrio ecológico, ou trazer efeitos colaterais poluidores.

Isto é válido para os bovinos de leite, bovinos de corte e suínos, que no momento recebem apoio do IAPAR. E também, para os bubalinos (búfalos) que produzem leite e carne; aves de corte e postura; ovinos na produção de lã e carne; caprinos, tanto da produção de leite como de carne; coelhos; abelhas; pescados; e até na sericicultura (bicho-da-seda).

Todos necessitando de pesquisa para aumento de produtividade e melhoria de tecnologia.

Temos como grandes metas a serem seguidas o fomento da produção animal, voltado primeiro à substância no meio rural, beneficiando, em larga escala, os pequenos produtores, na maioria carentes de uma alimentação melhor, bem como proporcionar melhoria de sua renda e favorecer a fixação do homem na terra, diminuindo o êxodo rural.

Desta atividade de subsistência o minifúndio poderá partir para a atividade comercial com bases lucrativas, o que hoje não ocorre na maioria dos casos.

Mas, o melhor de tudo, é que a proposta das entidades que congregam os médicos veterinários, mostra a possibilidade de orientar os produtores em aproveitar adequadamente os subprodutos da criação animal.

Como exemplo, cita o controle de dejetos, que recolhidos evitam poluição das águas e são reaproveitados nas lavouras, permitindo maior produtividade agrícola com menor custeio, por diminuir a necessidade de fertilizantes químicos.

Além disso, propõe o aproveitamento de parte dos três milhões de hectares de terras ociosas no Paraná, durante o inverno para a produção de forrageiras, que suprirão as necessidades alimentares dos animais, sem maiores custos e sem desmatamento desnecessários.

Aliás, o uso da tecnologia adequada, com o apoio dos órgãos governamentais para devolver ao Estado, pelo menos parte da floresta perdida, que tem-se tornado no principal fator de desequilíbrio ecológico.

Por isso, pretendemos que fique registrado nos Anais da Casa o esforço dos médicos veterinários, bem como o apelo que fazemos ao Governo do Paraná, e ao Secretário da Agricultura, Claus Germer, para que levem em conta não somente, a necessidade da criação do Instituto de Produção Animal, mas também, a do cuidado com o meio ambiente e com o homem do campo, principalmente o pequeno que é responsável por mais de 60% da alimentação do nosso povo.

Muito obrigado. (~~Se~~ revisão do orador).

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Werner Wanderer).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa registra com satisfação a presença do Senhor Deputado Federal Norton Macedo.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Nilso Squarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou propondo à Mesa, registro na Ata dos trabalhos, de dois requerimentos subscritos por todos os Secretários da Fazenda do Brasil, endereçados ao Ministro da Fazenda, em que, objetivamente, vulneram a falta de credibilidade no sistema existente no Ministério da Fazenda, dos diversos fundos de arrecadação do Governo Federal. E as razões que nós aduzimos para este requerimento, sinteticamente são as seguintes: (Lê):

"Os Governos que alcançaram o poder político pela força, seja por golpes de mão ou por articulações de bastidores, sempre procuraram, além da imagem da legalidade, interna e externa, as posições de legitimidade e credibilidade, pois, só assim, poderiam assegurar uma permanência mais ou menos tranqüila na maré haitiana do mando político.

No Brasil, após as articulações inten-

tadas por um grupo de descontentes com a evolução da representatividade das bases organizadas política e socialmente, articulações estas que redundaram em golpe ao Presidente João Goulart - diga-se de passagem, o último Supremo Mandatário eleito pelo voto popular - o que se viu foi uma desregrada conduta protecionista dos ditos nacionalistas de direita, que nada mais eram, com raras exceções, que prepostos dos grandes grupos multinacionais que se apossaram desta Nação.

Porém, sob os disfarces normais para encobrir as verdadeiras intenções, foi promovido um "crescimento econômico" de causar inveja ao mundo. O famoso "milagre brasileiro". Delfim Netto despontando, no cenário mundial, como o mágico da economia do Terceiro Mundo, quiçá provocando iras e convulsões ao famoso e milenar "Merlin", das histórias em quadrinhos.

E caminhamos nós, até hoje, entre secas e enchentes, entre minis e máxidesvalorizações, entre mentiras e meias verdades, entre promessas e descrenças, mas sempre no caminho sinuoso do disfarce moral, montando acampamento nas fronteiras do entreguismo, da irresponsabilidade e da corrupção, para chegarmos até a institucionalização da agiotagem oficial.

E foi através desta "política" que tentaram "montar" uma espécie de legitimidade, com a qual conseguiram, até, encobrir prisões, torturas e cassações; COMECs e INTERBRÁS; fechamento do Congresso para outorga draconiana de uma Constituição; Laureanos e Coroas Brastel; Rios Center e Capemis; Bancos do Brasil e o escândalo da mandioca; confisco do café e da soja. Escândalos e descalabros se avolumaram de tal forma que, hoje, em medida linear, para alguns governantes, a lua é perto, e sob a ótica do volume, o Rio Amazonas vira Chuí.

Mas, mesmo com a "legalidade" imposta coercitivamente, via decretos-leis e decursos de prazo, e com a legitimidade contestada por 61,2% do eleitorado brasileiro - posição das eleições de 1982 - o atual Governo Federal insiste, ainda, com suas imposições, ao afirmar que eleição direta, continua sendo tabú; hoje, é perturbação da ordem.

Acontece que, agora, o que está faltando, mesmo, é credibilidade... É a suspeição da credibilidade, agora, não é da oposição, que desde a primeira hora denunciava; a suspeição da credibilidade é levantada pelo próprio Tribunal de Contas da União, quando não quis opinar conclusivamente sobre a transferência dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, promovido pela União, após realização de auditoria nessa rubrica orçamentária.

Foi na última reunião dos Secretários

da Fazenda, realizada no mês de fevereiro do ano corrente, em Brasília, que foram elaborados dois documentos, dirigidos ao Ministro da Fazenda, questionando as alíquotas de transferência de Fundos referentes ao mês de janeiro, quando foram tomados referenciais do ano anterior, eis que já existia, em vigor, a Emenda Constitucional n.º 23, ou Emenda Passos Porto.

Mas, embora se faça um esforço para acreditar que o que é dito pelo Governo Central tenha algum fundo de verdade, é duro a constatação de certas verdades. Até que ponto suportaremos tanta mentira, tanta desfaçatez, tanta falta de vergonha e de pudor? Até quando nos iludiremos com um sistema falido, mentiroso e desavergonhado? Até quando seremos nós a pagar por tais desmandos, como este da retenção de 2/3 do Fundo de Participação dos Municípios neste mês de março, sob a irônica afirmativa de que houve erro de cálculo?

Se houve erro, fica oficialmente reconhecida a incapacidade e incompetência que todos já sabem existir. Mas, somente a falta de confiança no Governo Federal é que levou todos os Governos Estaduais, através de seus Secretários, categoricamente afirmarem, que não poderiam mais acreditar nos Fundos de Participação a que os Estados tinham direito".

E por isto, nós estamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, propondo a transcrição desses requerimentos endereçados aos Ministros de Estado, em que os Senhores Secretários da Fazenda de todos os Estados brasileiros, não apenas da Oposição, mas de todos os Estados da Federação, categoricamente requerem o seguinte: (depois de vários considerandos requerem finalmente):

1. que nos sejam fornecidos "espelhos" detalhados das operações dos Fundos de Participação (em especial débitos e créditos) de forma a permitir a comparação entre os valores efetivamente arrecadados.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é necessário que se transcreva aqui este requerimento dos Secretários da Fazenda de todos os Estados brasileiros para que fique realmente e de maneira categórica - registrado que os Secretários questionam a forma como foi procedido o repasse; requerem que seja fornecido documentação para que eles tenham em mãos os comprovantes de tais fundos a fim de que se saiba honestamente do que foi arrecadado e do que foi rateado, porque, por incrível que pareça, são os próprios Governos do PDS que duvidam da honestidade e da lisura com os fundos; os múltiplos fundos existentes no Brasil estão sendo rateados.

Por isto, Senhor Presidente, endereço à Mesa, a transcrição de tais requerimen-

tos que asseguram nada mais e nada menos da falta de credibilidade, infelizmente, do Governo Central.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Ervin Bonkoski.

Está com a palavra o Senhor Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BOSKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Município de União da Vitória acaba de comemorar noventa e quatro anos. Várias homenagens foram tributadas à laboriosa gente daquela terra; merecidas homenagens prestadas, inclusive aqui nesta Casa, através dos eminentes companheiros Deputados Antônio Annibelli e Anibal Khury.

União da Vitória viveu alguns dias de festa, de confraternização, evidenciando uma sólida integração entre povo e autoridades administrativas.

Nós estivemos convivendo com a alegria do povo de União da Vitória, a nossa terra, e somos testemunhas do grande entusiasmo e da grande força produtiva da população do município. O trabalho, que sempre foi uma característica marcante de um povo que luta arduamente, é hoje impressionante. Nota-se uma exemplar integração do povo com as autoridades do município. O Prefeito Alcides Fernandes Luiz exerce uma extraordinária liderança e isso tem gerado grande entusiasmo popular, resultando num trabalho de elevada repercussão.

Um município sofrido é hoje o exemplo maior de força de vontade, de reconstrução. Por isso, tem conseguido muita coisa neste curto espaço de tempo da nova administração, praticamente ressurgindo da tragédia das águas, vemos agora a cidade se reerguer, alicerçada num contagiante espírito de luta, de garra, de dedicação, de trabalho coletivo. Do quase nada que restou sob a lama do Iguaçu nasce a vila residencial Cidade de Limeira, marco da fé, tributo ao trabalho e à união. O povo se reencontra, o município cresce, a cidade se moderniza recebendo benefícios.

Na festa do aniversário, União da Vitória ganhou muitas melhorias, equipamentos urbanos, melhor assistência como o Juizado de Pequenas Causas e a Sub-Procuradoria de Assistência Judiciária. Constantemente a cidade e o município recebem novos benefícios, fruto direto de uma boa administração.

Com o trabalho e dedicação as rendas internas melhoram, o município cresce e mais pode reivindicar.

União da Vitória não se queixa, trabalha; não reclama, produz. É o reflexo da segura e profícua administração municipal;

é o resultado de uma liderança incontestável que vem promovendo a verdadeira integração. Isto deve ser creditado ao Prefeito Alcides Fernandes Luiz, do qual parte o exemplo para a grande arrancada de União da Vitória rumo ao seu primeiro Centenário."

Também, deve ser creditado além do Prefeito, a sua própria população, as próprias lideranças dos segmentos sociais de União da Vitória, porque todos estão embuídos no mesmo objetivo de trabalhar, de lutar, pelo engrandecimento desta grande cidade, desde grande município do Vale do Iguaçu.

E é importante, para todos nós, compartilhar, testemunhar e colaborar para este progresso, para que a região sul tenha, em União da Vitória, pela sua tradição, pela sua força, pela sua pujante força econômica sobretudo, melhores dias e seja o engrandecimento de toda uma região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Curitiba, 05 de abril de 1984. O jornalista Roberto Barroso, continua mantendo o seu grilo na velha estrada de Rio Branco do Sul e no prolongamento da rua Gerônimo Lage. Nenhuma providência ainda foi tomada pela Prefeitura de Curitiba.

Ontem, o Congresso Nacional negou "quorum" para votar a Emenda Maurício Fruet pelas eleições diretas nas Capitais, estâncias hidrominerais e cidades de Segurança Nacional. Negou "quorum" provavelmente porque os Deputados diretistas da Situação e da Oposição, estavam fazendo comícios pelas diretas e não tiveram tempo de prestigiar a emenda que restabelecia as eleições diretas para as Capitais, os municípios de Segurança Nacional e as estâncias hidrominerais.

No entanto, venho a esta tribuna, hoje, para falar sobre as mordomias automobilísticas. (Lê):

"Numa época de regressão econômica, fere fundamente a opinião pública, a ostensiva mordomia que representa o uso abusivo de carros oficiais.

O Governo Canet tentou coibir os abusos, através de uma série de decretos e o Governo José Richa, através do Decreto número 708, fixou rígidas normas restritivas.

No entanto, as práticas abusivas continuam no âmbito dos Três Poderes. Continuam pelo simples fato administrativo da existência dos carros oficiais, principalmente pela proliferação dos chamados "car-

ros de representação".

O povo passa fome. Os Senhores Deputados encontram os sinais da crise e do desemprego na porta de seus gabinetes.

Apesar disto, o Estado mantém cerca de duzentos carros de representação e uma frota de mais de sete mil carros oficiais.

Considerando o consumo médio de 350 l por mês, os carros de representação consomem cerca de 7.000 l ao mês, o que a preços de hoje, para a gasolina, alcançariam a quantia de Cr\$ 39.000.000,00 ou Cr\$470.000.000,00 anualmente.

O que é um absurdo em qualquer época é absurdo maior em época de crise.

Somando-se combustível, manutenção, motorista, administração etc., o custo dos sete mil e tantos veículos do Estado chega hoje a astronômica soma de dois bilhões, quinhentos e noventa milhões de cruzeiros ao mês, ou trinta e um bilhões e oitenta milhões de cruzeiros ao ano.

Só os duzentos veículos de "representação" custam setenta milhões de cruzeiros ao mês, ou oitocentos e quarenta milhões de cruzeiros ao ano, cifra que dispara se levamos em conta os veículos de representação do judiciário.

Estes dados embora subestimados são extremamente importantes, porque tramita nesta Assembléia um projeto de autoria de nosso saudoso companheiro Gabriel Sampaio, projeto que está a merecer a atenção de todos os Deputados e do Governo.

Se é verdade que não tenho, nesta oportunidade, condição de trazer um retrato perfeito dos gastos com a frota do Estado, também é verdade que só uma lei de iniciativa desta Assembléia poderá resolver o problema da mordomia automobilística nos Três Poderes.

Talvez seja oportuna a próxima convocação do Dr. José Olímpio, Secretário da Administração, para esclarecer, com mais profundidade, a verdadeira situação dos transportes da administração do Paraná.

O interesse da administração austera do Governador José Richa, para que este problema seja solucionado, existe. Somemos esforços à iniciativa do Deputado Gabriel Sampaio e, como ele queria, estaremos dando um exemplo nacional."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Completa hoje, oito dias a greve de fome do jornalista Juvêncio Mazzarollo.

Nós todos e a população inteira como meros expectadores vêem o homem morrer a

cada dia um pouco mais em nome de uma lei já banida e de um crime que não praticou.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a eclosão de acontecimentos sociais desta Nação é um fato verdadeiro. A cada dia vemos movimentação de determinados setores da nossa sociedade reclamando, concentrando-se, protestando, contra a dificuldade a que estão vivendo.

No dia de ontem, um novo episódio se registra na cidade de Curitiba, quando dezenas de ilhéus montaram barracas em frente ao INCRA pedindo solução ao seu problema.

Deputados do nosso partido estiveram durante a tarde em entendimento com ilhéus. Durante à noite, lá estivemos juntamente com o Sr. Deputado Paulo Furiatti para tentarmos um apoio parlamentar achar uma solução para aqueles que protestavam e reclamavam contra uma injustiça contra eles praticada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação brasileira vive angustiantes momentos no seu comércio e na sua indústria; a agricultura nacional, mais do que nunca tem-se imposto como a grande válvula de escape a esta Nação falida para poder conseguir as divisas que a Nação precisa.

A agricultura se impõe, neste momento, como a grande saída para a Nação brasileira; o País, com a maior quantidade de terras agricultáveis do mundo, no entanto, milhares de trabalhadores brasileiros, aguardam o momento de poderem estar em cima de seu pedaço de terra para produzirem e produzindo ajudar a Nação a sair do impasse econômico em que vive.

Se movimentos existem de trabalhadores sem terra ocupando terras devolutas, se movimentos existem, e muitos deles considerados pelo INCRA, pelo Ministério de Assuntos Fundiários em suspeição, por dizerem que esses homens são profissionais do grilo da terra, eu perguntaria que desculpa existe para os ilhéus, homens que não têm terras porque as suas propriedades há mais de dois anos foram alagadas por uma barragem onde se propunha construir uma hidrelétrica.

Se a ELETROSUL não tem cobertura financeira para uma indenização, se a ELETROSUL não possui recursos financeiros para a construção da obra, afinal de contas esses homens são seres humanos que perderam as suas terras e perdendo a terra perderam a condição de alimentar as suas famílias!

É justo o movimento dos ilhéus!

É chegada a hora de o INCRA, é chegou o momento de o Ministro Danilo Venturini dar uma resposta condizente para aqueles que não estão pedindo nada mais do que o seu direito de indenização da propriedade que tinham, que compraram e que foi inva-

dida pelas águas, de uma barragem que não foram eles que construíram.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos nesta tarde, um requerimento nesta Casa de Leis, dirigido ao Presidente Nacional do INCRA, ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários que dêem uma resposta urgente para os ilhéus que há mais de dois anos esperam pacientemente uma solução e que ontem à noite, deram ainda uma demonstração de acreditar na possibilidade, quando através de contato com o coordenador do INCRA do Paraná, retiraram a sua barraca, não como capitulação do movimento, mas dando mais um tempo para que se possa dar a eles uma solução sobre o grande problema em que vivem. A demonstração de compreensão desses homens deve ser levada em conta e mais do que nunca as autoridades, os políticos devem prestigiar esses que tanto necessitam da terra para trabalhar.

Muito obrigado. (~~Sem~~ revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito, no Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (~~Pela ordem~~) - Acho que deve ter havido algum engano do encarregado das inscrições aí, porquanto, eu solicitei a minha inscrição para o Pequeno Expediente, mas não quero criar problemas para Vossa Excelência. Apenas quero que fique consignado em Ata, a minha solidariedade às cooperativas agrícolas do Paraná que estão nas ruas protestando contra a suspensão do empréstimo do Governo Federal para a comercialização das safras, que é mais um episódio em que nós vemos o dedo nefasto do Ministro do Planejamento, Delfim Netto, que para cumprir meta imposta pelo FMI de reduzir o meio circulante do País e, como nós sabemos que existe deficiência de caixa no Banco Central, preferiu-se sacrificar a agricultura brasileira não concedendo, em tempo hábil e oportuno, o empréstimo previsto em lei, em resolução do Conselho Monetário Nacional. Com isto, a agricultura premiada pelas circunstâncias de que, digo, de ter que cumprir seus compromissos com a rede bancária, é apanhada de surpresa, submetendo-se, docilmente, à imposição de preços pela indústria multinacional. É mais um desserviço que se presta ao País; é mais um desserviço que se presta à agricultura. Quero até parabenizar-me com o meu companheiro de partido, nobre Deputado Norton Macedo, que, na Câmara Federal, propôs uma sistemática única para comercialização de safras; não a cada safra uma decisão nova do Banco Central, do Conselho Monetário; mas uma sistemática única a fim de que a

agricultura não viva de sobressaltos, a fim de que a agricultura não dependa do bom ou do mau humor do Ministro do Planejamento que, por sinal, controla o Conselho Monetário Nacional.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que eu gostaria que fossem consignadas em Ata, principalmente meu apoio ao comunicado oficial da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, principalmente no seu item quarto, que diz o seguinte: **"Indagar da ausência dos bancos privados na concessão de financiamentos do empréstimo do Governo Federal"**: Exatamente, foi colocado o dedo na chaga, no ponto crítico, porque os bancos, a rede bancária nacional, a grande privilegiada da crise brasileira poderia, neste instante em que há defasagens de caixa do Banco Central, vir em auxílio da agricultura brasileira, mais precisamente, da agricultura paranaense, e embora com juros menores adiantasse o dinheiro para o financiamento da safra ser comercializada. Acontece que os banqueiros são os banqueiros, são os que mais ganham dinheiro neste Brasil; eles jamais vão abrir mão de seus lucros em favor da agricultura.

Uma safra, Sr. Presidente, tem a maturação de um ano, e os juros dessa gente têm a maturação de trinta dias.

Daí o meu protesto e a minha solidariedade; os meus cumprimentos ao pronunciamento do Deputado Norton Macedo, no Congresso Nacional; e a minha solidariedade a esta nota da Organização das Cooperativas do Paraná.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (~~Se~~ revisão do orador)

O Sr. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está com a palavra o Deputado Rubens Bueno, inscrito no Grande Expediente.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Assistimos, no último sábado, a passagem de mais um aniversário, o vigésimo, da implantação do autoritarismo neste País. Ao contrário da grande maioria das datas históricas, este é um aniversário triste, sem festa, apenas comemorado por aqueles que intransigentemente perservam a ilegitimidade do Colégio Eleitoral, seu último reduto contra a vontade inabalável de todo o povo brasileiro.

Em vinte anos de Revolução (se é que assim pode ser denominado um golpe militar que entre outros desmandos conseguiu caracterizar o conteúdo do termo "soberania"), temos de sobejo vivências, que nos possibilitam fazer um panorama geral daquela época e das circunstâncias atuais.

Inicialmente, poder-se-ia pensar que, realmente tal ação militar visava a salvar as instituições da época, que se encontravam em crise provocada por contínuas conturbações de ordem social; porém, após esse impulso inicial, em prol da defesa dos interesses democráticos, descambou o movimento em vertiginoso sentido oposto àquele que o motivara, passando a atingir somente aos interesses de uma minoria, que, ao longo de duas dezenas de anos se revesou no poder, usando de todos os meios que garantissem esse objetivo.

A partir daí, através das mais variadas formas de exteriorização, o caos econômico e social instalou-se definitivamente, e fez de nosso País uma seara fértil, sempre alimentada pela infundável sede de poder que até hoje é característica dos senhores feudais que comandam os designios de cento e vinte milhões de brasileiros.

As desigualdades regionais, as favélas, a centralização dos organismos estatais, a corrupção deslavada, passaram a ser marca registrada e cartão postal do Brasil, no exterior; verdade se diga, o milagre brasileiro chegou até a alcançar o oitavo lugar da economia capitalista mundial, em que para tanto tenha tido que sacrificar a vida de milhares de brasileiros, que pereceram vítimas da fome, sede, de paralisia infantil e outras desgraças que marcaram fundo a História do nosso povo.

As realizações dos Governos pós-64, no campo dos transportes, telecomunicações e energia tiveram seus méritos; porém, a grandiosidade de tais obras foram esquecidas pelos inquietantes níveis de desemprego, estagnação industrial e a assimetria de poder existente entre as diversas classes sociais, demonstrando a fragilidade política que rodeava o aparente "milagre" dos anos 70. Para tanto, bastaram alguns empreendimentos faraônicos, tais como a transamazônica, e o Programa Nuclear Brasileiro, verdadeiros "cavalos de Tróia", que para nada mais contribuíram a não ser para afundar o País na lama de uma dívida externa, que em pouco tempo subiu a níveis astronômicos, impossível de saldar durante as gerações futuras e com tendências inequívocas a duplicar rapidamente, enquanto o Ministro Delfim Netto e o Presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore continuarem rolando entre este novo triângulo das Bermudas, Brasília-Nova Iorque-Paris.

A recessão que se agravou em 1979, a partir de 1981 passou a imperar, prologando-se já há quatro anos, empobrecendo inexoravelmente e ainda mais a já depauperada sociedade brasileira. As empresas nacionais passaram a dançar de acordo com a música tocada pelo capital estrangeiro, patrocinado pelo modelo econômico que teve

sua gênese em 1964, calcado numa concepção monetarista, ortodoxa, fria e sempre distante dos reclamos da comunidade; alteram-se os destinos desta, de acordo com as oscilações econômicas e financeiras das nações ricas e industrializadas.

Conforme enfatizou o Professor Paulo Roberto de Castro, da UNICAMP, num seminário promovido por empresários de São Paulo, no Hotel Macksgoud Plaza: "Estamos diante de um drama: Dona Maria Primeira está pedindo mais ouro, e as minas estão esgotadas. A História se repete: embora os colonizadores sejam outros, a Colônia insiste em ser a mesma".

Alguns dados estatísticos, demonstram a veracidade de nossas afirmações: a população economicamente ativa do Brasil (PEA) é de cerca de 50 milhões; em 1982, desses 50 milhões, 10 milhões ganhavam até meio salário-mínimo mensal e um salário-mínimo. De onde se conclui que, neste momento, podem virar a grande maioria do povo brasileiro de cabeça para baixo que dos seus bolsos nada mais cairá a não ser um maço de obrigações vencidas.

Este é o resumo geral da situação do Brasil ao fim dos quatro anos de recessão: achatamento salarial, perda total do poder aquisitivo, agiotagem oficializada e uma desenfreada especulação, traduzida nos escândalos das finanças em estouros criminosos, geralmente impunes, favorecidos pela convivência das mais altas autoridades do País e de seus familiares.

Fatos como estes, tornam a Justiça uma eterna desacreditada; se é crime roubar um pão para alimentar um filho, parece que o mesmo não se passa com o conjunto de sórdidas manipulações efetuadas através dessas finanças. Os mais "rigorosos inquéritos" e "comissões de sindicâncias" são instaurados para apurar responsabilidades, e após "severas" investigações, não obstante o monte de provas que evidenciam "gordos" envolvimento, negam aquilo que toda a sociedade está já cansada e consciente de saber existir. A Justiça aplica-se apenas contra aqueles que estão impossibilitados de pagar as altas somas, que são o preço da impunidade.

Esta é a fotografia, ou melhor, o raio-x desta Nação, onde apenas o seu descarnado esqueleto aparece, pois que, suas inúmeras riquezas aos poucos para bem longe daqui estão sendo desviadas.

Diante deste quadro desolador, surge a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República, verdadeiro movimento (este sim!!) de esperança nacional, destinado a oferecer legitimidade e respaldo popular ao comandante dos desígnios nacionais. E, embora a "Turma Palaciana" se tenha recusado a escutar inicialmente o vibrante apelo de mais de dois milhões de

pessoas que foram às praças públicas, em centenas de comícios realizados em todo o Brasil, começa agora a sentir a força popular que, ao contrário de estar perdendo a força, está a "pleno vapor", cansada das medidas de excessão que garantem a "política de estrebaria" do Colégio Eleitoral.

A História irá registrar os momentos decisivos que atravessamos; estamos encerrando um período negro de autoritarismo, miséria e desequilíbrios sociais, e à nossa frente abre-se a perspectiva de uma verdadeira democracia. Todos os brasileiros tem o direito inalienável de escolher aquele que melhor poderá reintegrar o País na normalidade democrática; o povo brasileiro está cansado desses vinte anos em que, um em seguida ao outro, se sucederam Presidentes autoritários, verdadeiros "fantoques do sistema", autoritários e divorciados da realidade e dos seus anseios.

A Revolução atingiu a senilidade, e insiste em continuar a governar sem o apoio popular, apenas através dos velhos e conhecidos casuísmos que se adequam às necessidades individualistas de meia dúzia de pessoas, mais interessadas em aumentar suas contas secretas na Suíça, do que a resolver os problemas que afligem o País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Chegado é o momento da verdade: a sociedade clama por trabalho e pela unidade nacional, e repudia o falso emblema de uma pseudo-civilização voltada exclusivamente para o consumo, esquecida dos valores éticos, onde não mais se distingue o gênio do idiota ou do farsante, o agiota do empresário consciente das finalidades sociais de suas empresas.

A incompetência dos nossos governantes atingiu as raias do descrédito; prevalecendo a atual política econômica; quando paramos para avaliar o rol de fatalidades que consomem este País, nada mais restará de nossa autonomia política.

A Emenda Dante de Oliveira, que será aprovada, tem a missão histórica de dar início ao processo de retorno à normalização democrática, e a ação nacional pró-diretas terá tido os méritos de um verdadeiro movimento de libertação, representativo das reais esperanças da comunidade brasileira".

O Sr. Caíto Quintana) - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência trazendo à tribuna, na tarde de hoje, esse assunto, que sem dúvida alguma toma conta não só dos Parlamentos da Nação, mas toma conta das ruas, dos botecoquins, dos encontros de amigos, das conversas familiares, que é a restauração da eleição direta para Presidente da República.

Analisa bem, Vossa Excelência, os vin-

te anos dos governos impostos e de arbítrio; analisa bem Vossa Excelência, a esperança do povo brasileiro, de poder nortear o seu destino; analisa Vossa Excelência as negociatas desta Nação; e analisa Vossa Excelência o mercado que se faz hoje para a escolha do futuro Presidente. Um verdadeiro loteamento ilegal, onde, na promessa de cargos se procura conseguir o apoio para o Colégio Eleitoral.

Deputado Rubens Bueno, quando Vossa Excelência fala em vinte anos da revolução, nós vemos vinte anos na idade cronológica da pessoa, a força, o vigor, a vontade de construir; é a idade da juventude, de construir, de progredir, de ter participação, de acreditar no futuro, de reverter situações. No entanto, vinte anos da revolução nós enxegamos: que o próprio Presidente da República não quer mais governar, mas quer continuar mandando. Os homens que detem o poder não querem mais administrar o Brasil para os brasileiros, mas querem continuar mandando, colocando os seus para continuar no mando. Por isso, eu acho extraordinário quando Vossa Excelência, desta tribuna, diz que a emenda Dante de Oliveira será aprovada, afirmativamente será aprovada, restaurando a dignidade nacional, e nós queremos nos somar a isso; acreditando que o Parlamento brasileiro, de todos os partidos, na independência que precisamos conseguir, e na representatividade da vontade nacional que representamos, venha, na verdade, dar o seu grito de independência.

O próprio comando militar desta Nação tem dito que a responsabilidade da emenda é do Congresso Nacional. Jogou nas costas dos políticos e dos partidos a responsabilidade de restaurar ou não as eleições diretas na Nação. E, como acreditamos que os partidos políticos têm a sua doutrina, e a sua representatividade dado por votos de homens que querem a eleição direta, os partidos políticos no Congresso Nacional haverão de responder para aqueles que ainda se escondem, querem eleição, mas não a querem já, tentam proibir, inclusive, que uma cadeia de televisão - a Rede Globo de TV - possa transmitir a votação da Emenda. Porque dizem querer a eleição, mas têm medo do reflexo que isso possa causar no povo, no momento em que votarem contra.

Se nós, partidos políticos e parlamentares, principalmente no plano federal, honrarem os votos que mereceram, nós, sem dúvida alguma, a partir da Emenda Dante de Oliveira, teremos um novo tempo, de democracia, de liberdade, de pacto social e de progresso, dentro da Nação brasileira.

Meus parabéns, Deputado Rubens Bueno, pela colocação feita por Vossa Excelência, nesta tarde que, tenho certeza, retrata o pensamento da nossa bancada e de grande

segmento da população brasileira.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço e incorporo, com muito prazer, o aparte de Vossa Excelência, lembrando que nesses últimos vinte anos, o processo revolucionário veio somente atingir as riquezas deste País; veio atingir de frente toda a instituição nacional através de seus partidos políticos, do Congresso Nacional, de Assembléias Legislativas, de Câmaras de Vereadores, e, evidentemente, não poderia deixar de salientar, de tantos Parlamentares cansados, brasileiros banidos, tantos irmãos nossos assassinados nos porões desta "revolução" que completou vinte anos, comemorada pelo Presidente João Figueiredo, no último dia 31.

De nossa parte, Deputado Caíto Quintana, estamos evidentemente comemorando tristemente esses vinte anos desta "revolução", que deixou este saldo que aí está, de uma dívida externa insustentável, que traz hoje as dificuldades para que o País produza tudo para pagar somente os juros e os serviços da dívida, e nós temos isto como um peso para toda a população brasileira, principalmente os trabalhadores com dificuldades de um salário baixo, procurando casa para morar, procurando o sonho da sua vida para sua família, e este sonho está se tornando um pesadelo, através desse programa do BNH, que vem, realmente, sufocando o salário do trabalhador brasileiro. E tantas outras causas que vêm, realmente, entristecer este País, nesses últimos vinte anos.

Quero agradecer o aparte de Vossa Excelência e o apoio da bancada do meu partido.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Augusto Carneiro).

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) - Esgotado o horário do Grande Expediente, esta Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja usar o horário que lhe é reservado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Por dez minutos, o Sr. Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"No próximo dia 07 de abril, Dia Mundial da Saúde, registramos, com ênfase, os maiores ou mais significativos registros no que tange ao bem maior do ser humano - a saúde.

O "Dia Mundial da Saúde", vai encontrar um Brasil ainda às voltas com enfermidades, das quais, muitas já eliminadas nos países desenvolvidos. O desenvolvimento econômico do Brasil dos últimos vinte anos não melhorou (em certos períodos até piorou) o perfil de saúde de nosso povo. O setor social nunca foi considerado priori-

tário nas políticas de desenvolvimento postas em prática. Assim, doenças como a malária, chagas, esquistossomose, tuberculose, leishmaniose, continuam a acometer milhões de brasileiros, e somente não são eliminadas ou controladas, por falta de priorização do setor de saúde em nosso País. Ao lado destas doenças, controláveis por vacinação, como sarampo, tétano, difteria, conqueluche, tendo como pano-de-fundo, a desnutrição, somam-se a diarreia infantil para dizimar milhares de crianças brasileiras, todos os anos. Os índices de saúde do povo brasileiro não estão somente bastante aquém dos índices dos países desenvolvidos, mas também estão aquém dos índices de países como o México, a Argentina, o Chile, com estágio de desenvolvimento semelhante ao nosso.

Em nosso Estado, as seqüelas do desenvolvimento econômico a qualquer preço estão por aí, às vistas de todos: a migração de nossa população para outros Estados e, internamente, do campo para a cidade, gerando o aumento espantoso das favelas, os bóias-frias, a falta de segurança, os desempregados, as doenças. Nossos índices de Saúde, ainda melhores do que a média brasileira, são piores do que os de nossos vizinhos do Sul. Em 1980, a mortalidade infantil era de 53,2 por mil nascidos vivos no Paraná, e de 39,8 e 41,4 em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. Ao mesmo tempo, doenças consideradas como "de desenvolvimento" começam a se tornar importantes causas de incapacidade crônica e morte: doenças cardíovasculares, câncer, artropatias, diabetes, etc....

Ciente desta situação, e fiel às diretrizes elaboradas ainda na campanha eleitoral de 1982, o Governo Democrático do Paraná vem dando prioridade ao setor social, aqui incluído o setor saúde.

No setor saúde, o Governo José Richa privilegia um novo enfoque às atividades ditas de saúde pública: menos assistencialista, mais promocional; menos paternalista, mais participativa; menos autoritária, mais democrática; menos seletiva para os marginalizados, mais universal.

A participação comunitária, o acesso aos serviços e a melhoria de sua qualidade constituem o tripé sobre o qual estão se desenvolvendo todas as atividades normais do setor, além dos vários projetos especiais em execução. Neste curto período de gestão, além da ampliação do número de Unidades Sanitárias, conseguiu-se aumentar os índices de cobertura vacinal, descentralizar o atendimento aos pacientes com tuberculose e hanseníase, re-direcionar a assistência psiquiátrica, reformar e colocar novamente em funcionamento pleno o Laboratório Químico Farmacêutico, somente para citar algumas das realizações da

Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, e que constam de relatório que está sendo agora divulgado.

Ao aprovar recentemente o projeto de expansão da cobertura por ações de saúde, mediante a interiorização e a municipalização dos serviços básicos de saúde, o Governador José Richa reconheceu como correta a estratégia preconizada pela Conferência Internacional de Alma-Ata, Rússia, de 06 a 12 de setembro, promovida pela Organização Mundial de Saúde, em 1978, adequando-a à situação paranaense, visando a melhoria do nível de saúde e de qualidade de vida da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do tempo que ainda lhe resta, de vinte minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O restante do tempo será usado pelo Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - Com a palavra, Sua Excelência, nobre Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muito obrigado, Excelência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós não pretendíamos, pelo menos por ora, abordarmos o momentoso caso envolvendo a SANEPAR de Maringá, o Prefeito de Maringá, o Governo do Estado do Paraná, PMDB, porque nós entendíamos que o bom senso prevaleceria, e que as autoridades do Governo do Estado do Paraná, por certo, se movimentaria tentando um diálogo, tentando um contato, tentando, enfim, resolver esse problema. Até o presente instante, nada se fez, ninguém se movimentou, a crise está aí, é prejudicial a minha cidade - a cidade pólo que eu represento da minha região -, é prejudicial ao Governo do Estado do Paraná, é prejudicial ao nosso partido - PMDB. E eu indago: onde está o Presidente da SANEPAR que não se movimentou? Onde está o Senhor Secretário do Interior, Deputado Nelton Friedrich, que também não se movimentou, tentando um diálogo? Onde estão os líderes maiores do Governo e do PMDB?

Faço estas observações, nobre Presidente, para que minhas palavras fiquem constando da Ata e para que, se amanhã ocorrer aquilo que não pretendemos absolutamente, ou seja, um confronto entre os Governos do meu município e do meu Estado, não se venha dizer que não propusemos diálogo e não propusemos conversa franca, aberta, cautela enfim. É lamentável, profundamente lamentável que as pessoas que já deveriam ter buscado um diálogo, desta

forma não procederam, prejudicando um município como Maringá, prejudicando o Governo do Estado do Paraná, prejudicando o Governo do PMDB. (Lê):

"Viemos à tribuna hoje, Sr. Presidente, para tentar esclarecer o mistério representado pela criação da METRONOR, a Região Metropolitana Linear do Norte do Paraná.

No dia 09 de maio de 1979, o Governo Federal decidiu que "todos os projetos a serem aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, destinados a promover melhor distribuição espacial da população, melhoria da qualidade de vida urbana, preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural e paisagístico, serão elaborados pelos Estados, regiões metropolitanas e municípios".

Com esta decisão, Srs. Deputados, o Governo Federal quis redimir-se dos erros perpetrados à sombra do autoritarismo, com visíveis prejuízos para os Estados e Municípios.

E desistiu, formalmente, da criação de conselhos regionais para execução de políticas de desenvolvimento urbano, com apoio da SUDESUL e do Ministério do Interior, principalmente.

O campo ficou livre para a criação da METRONOR, anunciada pelo então Secretário do Planejamento Véspero Mendes, no dia 19 de junho de 1980, em reunião com Prefeitos, Vereadores e representantes comunitários, repito, 19 de junho de 1980.

Decidiu-se que a METRONOR seria constituída de doze municípios: Ibioporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Marialva, Mandaguari, Maringá e Paçandu.

Foi instalado o chamado escritório técnico da METRONOR, em Apucarana, à rua Clotário Portugal, 1.351.

Passados seis meses, no dia 25 de novembro de 1980, o Secretário Véspero Mendes, através de farto material distribuído a todos os jornais do Estado, dizia que:

"O projeto Metronor será um conjunto capaz de concentrar maior poder de reivindicações aos municípios que integram a área, com espaço urbano bem organizado, a fim de promover o bem-estar dos seus habitantes".

E acrescentou ainda o ex-Secretário do Planejamento:

"O crescimento do trecho Londrina-Maringá, de aproximadamente 120 km, coloca o Paraná às vésperas do nascimento de uma metrópole capaz de abrigar mais de três milhões de pessoas".

Diziam então, os homens do governo estadual que a Metronor viabilizaria a criação de empregos, a implantação de novos projetos industriais e o crescimento harmonioso de todos os municípios da área.

Honestamente, Srs. Deputados, nós tentamos estudar a problemática da Metronor, desvinculando-a de qualquer interesse partidário, sem nenhuma pretensão de assumir a posição de juiz ou carrasco dos homens que anteriormente exerceram cargos relevantes no Palácio Iguaçu e nos órgãos de segundo e terceiro escalões.

Achamos que o julgamento final e definitivo, porque isento de qualquer sectarismo político, será dado pela história e pelo povo, sempre que lhe for dada oportunidade de comparecer às urnas para escolher os seus governantes.

Entretanto, Sr. Presidente, nós estaríamos nos afastando dos sagrados compromissos que assumimos com os nossos eleitores, se, no exercício do nosso mandato, concordássemos em uma posição de conivência com os desmandos, as imoralidades e os desacertos cometidos por homens que não souberam ou não quiseram servir ao povo com honestidade.

A nossa consciência de homem simples, do interior, não permitiria uma posição que se choca com os nossos princípios e até com a educação que recebemos no recesso da casa paterna e nos bancos escolares.

Por isso, Srs. Deputados, solicitamos que nos perdoem se no prosseguimento do estudo que realizamos, chegamos a formular opiniões críticas a todos os que se envolveram com a problemática da Metronor.

O coordenador do escritório de Apucarana, José Vicente Alves Socorro, apresentou-se a apresentar um diagnóstico da situação dos municípios e um relato das ações a serem desenvolvidas na área da Metronor.

Isso foi feito no dia 13 de maio de 1981, ou seja, quase dezoito meses após o anúncio da criação daquela região metropolitana, pelo ex-Secretário Véspero Mendes.

Dizia então, o Sr. José Vicente Alves Socorro:

- será aberta concorrência pública para duplicação da rodovia Londrina-Maringá, com a extensão de 187,5 km, por determinação do Secretário dos Transportes, engenheiro Nivaldo Almeida;

- o projeto de duplicação da pista entre Londrina e Maringá - abrangia a duplicação da avenida Brasília e o contorno de Londrina;

- contorno de Rolândia;
- contorno de Arapongas;
- duplicação da Rodovia Cambé-Rolândia;

- contorno norte de Apucarana;
- melhoria das condições de tráfego, entre Apucarana e Mandaguari;

- contorno de Mandaguari;
- contorno de Marialva e sua interligação com a BR-376;

- melhoria na Av. Colombo, em Maringá,

entre Sarandi e o início da pista dupla;

- contorno de Maringá;
- duplicação da BR-317, entre os entroncamentos com a BR-376 e a PR-323;
- pistas exclusivas para o transporte de massa, em Londrina e Maringá.

Todos sabem, Senhor Presidente, que alguns trechos da rodovia entre Londrina e Maringá, o fluxo de veículos é de quinze mil por dia, o que a caracteriza como verdadeira estrada da morte, devido ao elevado número de acidentes que ali ocorre, ceifando preciosas vidas humanas e resultando em incalculáveis prejuízos materiais, além da perda de milhares de horas de trabalho por ano.

A duplicação da pista a que nos referimos é uma necessidade premente e os homens que então ocupavam os altos cargos estaduais, diziam que os contornos de Londrina e Maringá e os trechos entre Apucarana e Maringá teriam financiamentos da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.

Infelizmente, Senhores Deputados, a Metronor nunca passou de massa de manobra para fins eleitoreiros. Esta é a grande realidade; esta é a vergonhosa realidade.

Os seus planos mirabolantes, e as suas obras faraônicas jamais saíram do papel, sendo desconhecidos os valores recebidos pela Metronor e a destinação que tiveram, uma vez que não fazia parte do ideário político dos governantes de então, a prestação de contas ao povo, dos seus atos e da aplicação de recursos públicos.

No dia 7 de agosto de 1981, já investido das grotescas funções de Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, o Engenheiro Saul Raiz foi à Londrina, para usar a Metronor para se auto-promover politicamente, dizendo entre outras coisas que:

- a duplicação e as obras de contorno das BRs 369 e 376 transformarão os 120 km que separam Londrina e Maringá, em uma grande via metropolitana;

- e anunciou a instalação, no dia 14 de agosto de 1981, em Apucarana, do Conselho Deliberativo da Metronor, órgão máximo de decisões, formado pelos doze prefeitos da área, por cinco Secretários de Estado;

- e para tirar o máximo possível de rendimento político, Saul Raiz anunciou a criação de um Conselho Consultivo da Metronor, formado pelos respectivos presidentes das Câmaras Municipais e pelos Reitores das Universidades de Londrina e Maringá.

Na ocasião, o já então candidato a Governador, anunciou que o escritório técnico da Metronor em Apucarana, sob a coordenação de José Vicente Alves Socorro, seria constituído por três engenheiros, dois arquitetos, um economista, um administrador, um contador, um sociólogo, um oficial administrativo e pessoal burocrático.

Ocorre, Senhor Presidente, que sem consulta aos Conselhos Deliberativo e Consultivo, o engenheiro Saul Raiz saiu em campo para falar das diretrizes da Metronor.

Declarou então, que as obras seriam iniciadas no primeiro semestre de 1982, com o objetivo de criar uma grande via metropolitana de transporte de massa e de trânsito fácil, entre Londrina e Maringá.

Sempre contando com ampla cobertura da imprensa, o então Secretário de Desenvolvimento dos Municípios afirmou que seria adotada uma nova política de industrialização para o Norte do Paraná.

Referia-se a uma política de administração de recursos hídricos, "definindo os rios que devem ser preservados para o abastecimento, e os não prioritários, que receberão os dejetos de esgotos"

Falava o Senhor Raul Raiz em congregar os municípios da região em uma única política de uso do solo, "o que exigirá maior articulação com os demais poderes, porque tal política é atribuição constitucional dos municípios".

Quer dizer, Senhores Deputados, o engenheiro Saul Raiz apresentava como meta da Metronor, uma política de uso do solo, que à luz da Constituição e das leis é da competência exclusiva de cada um dos municípios.

Mas é claro que neste, como em outros aspectos relacionados à Metronor, a intenção do então candidato do PDS ao governo do Estado não era de implantar Metronor nenhuma, mas apenas fazer média com os Prefeitos, Vereadores, lideranças comunitárias e com os habitantes da região.

Antes de concluir, Senhor Presidente, esta primeira abordagem da Metronor, queremos registrar nos Anais desta Casa, o protesto feito em 26 de agosto de 1981, pelo Presidente da Associação dos Engenheiros de Londrina, Maury Amaral Camargo, contra o caráter eleitoreiro das nomeações feitas pelo escritório da Metronor em Apucarana, com a aprovação do Secretário de Desenvolvimento dos Municípios.

Disse então, o Senhor Maury Amaral Camargo, que não houve concurso para a admissão de pessoal, prevalecendo o critério exclusivamente político, visando transformar o escritório da Metronor em comitê eleitoral do Senhor Saul Raiz. E o que é mais grave: os elementos que receberam a responsabilidade de planejar o futuro do Norte do Paraná, são quase todos recém-formados, procedentes de Curitiba.

Por aí se vê, Senhores Deputados, a falta de seriedade que caracterizou importantes segmentos do governo anterior, gerando consequências gravíssimas, que agora terão que ser resolvidas pelo Governo do PMDB".

Como eu disse, voltaremos ao assunto em outras oportunidades, porquanto o assunto é vasto. Fez-se tanto movimento, tanta onda, tanto foguetório, tanto blá-blá-blá, tanta movimentação eleitoreira, tantas mentiras foram espalhadas por este Paraná afora, que há necessidade de voltarmos ao assunto. E acima de tudo, pedir para que o Governo do PMDB, em contato com o Governo do PDS na esfera federal, para que esses Governos realmente façam a Metronor que é um sonho não só do Norte do Paraná, mas de todo o Estado Paranaense.

E, concluindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria de registrar nesse dia, o aniversário de um importante órgão de Imprensa da Cidade de Maringá. Completa 31 anos de muito sucesso hoje, o "fogoso" o "magnífico", "O Jornal de Maringá".

"O Jornal de Maringá", dirigido hoje, pelo seu Diretor Proprietário, Wilson Caetano, e por um corpo redatorial de primeira linha; por uma equipe jornalística que atuando nas mais diferentes funções, ou por uma equipe do jornal, atuando nas mais diferentes funções, faz de "O Jornal de Maringá" um grande jornal.

E nesta oportunidade queremos saudar o seu Diretor, queremos saudar este órgão de imprensa. E falamos isto no encerramento do nosso pronunciamento, para que os Anais desta Casa registrem neste dia, os 31 anos de muito sucesso deste "fogoso" "O Jornal de Maringá".

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Consulto a Liderança do Partido Democrático Social, Deputado Luiz Alberto Oliveira, se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Havendo declinado, passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Destacamos a presença nesta Casa de Leis, do Vereador Otacílio Amaral, do Município de União da Vitória, que se faz acompanhar do Senhor Deputado Antônio Anibelli.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial de Reforma à Constituição. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 101/83, (Mensagem n.º 113/83- ex-Proposição n.º 108/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 3.º Termo Aditivo de 17.02.82, ao Convênio celebrado em 18.12.80, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução das atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudas Fiscalizadas no Estado do Paraná. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 102/83, de autoria do Deputado Nilso Squarezi, que assegura aos ex-Deputados Estaduais os Títulos e Tratamentos adquiridos quando no exercício de mandato eletivo, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. Em discussão o Projeto e Emenda. Em votação a Emenda Substitutiva. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 105/83, (Mensagem n.º 122/83 - ex-Proposição n.º 123/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 07.02.83, sob o n.º 19/83, através da Secretaria de Planejamento e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a implantação de um micro-sistema de abastecimento de água na sede Distrital de Iguiporã e Vila Bom Jardim. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 106/83, (Mensagem n.º 108/83 - ex-Proposição n.º 103/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio n.º 66/83, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando execução do "PRONOROESTE". **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Batista Taverna, ocorrido no dia 31 de março do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do

expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Senhores Rubens Francisco Spengler, Prefeito Municipal e Mário Evaldo Morski, Líder da Bancada do PMDB, ocorridos no Município de Pinhão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rubens Francisco Spengler, Prefeito Municipal de Pinhão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rubens Francisco Spengler, Prefeito Municipal de Pinhão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao "Jornal de Maringá", pela passagem de mais um aniversário daquele órgão de imprensa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - **(Pela Ordem)** Senhor Presidente, pela ordem eu peço a inclusão na Ordem do Dia de diversos projetos e resoluções que se encontram, pela aprovação desse Plenário em regime de urgência e que desapareceram do processo legislativo da Casa.

Eu quero preferência para os projetos que estão com a ordem de urgência e estão fora de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa fará uma consulta, nobre Deputado para ver se os projetos já estão em condições de serem trazidos a este Plenário.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Só para citar um exemplo, todos os projetos que estão com regime de urgência, por exemplo o projeto da Tribuna Livre, que embora com a urgência votada há alguns meses nunca mais foi submetido ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa fará o devido levantamento, nobre Deputado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a implantação de nova iluminação do Colégio Professor João Maria da Costa, no Município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório da mesma no Município de Fênix. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de dois Postos de Saúde para os Distritos de Geremia Lunardelli e Santo Rei, no Município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, pela promoção do 1.º Encontro de Empresários Mourãoenses, realizado no dia 24 de março do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação do acesso à PR-180, localizado no Município de Moreira Salles. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do funcionalismo público do Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo a instalação de uma repetidora de sinais de televisão, através da RADIPAR, no Município de Cândido de Abreu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do IPE, encarecendo informações quanto a uma reunião do mesmo nas dependências do Hotel Iguaçu Campestre, bem como quanto à farmácia localizada na Alameda Doutor Muricy. **Em discussão..**

O SR. NELSON VASCONCELLOS - **(Pela Ordem)** Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solici-

tando transcrição nos Anais da Casa, dos documentos elaborados pelos Senhores Secretários de Finanças, e conseqüentemente encaminhados ao Ministro da Fazenda. **Em discussão.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Fundação Roberto Barroso, criada no mês de março do corrente ano, que congrega funcionários do "Jornal do Estado", nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando seja consignada moção de apoio ao projeto de lei apresentado pelo Senhor Deputado Federal Odilon Salmória, que altera a política nacional do trigo e estabelece normas para seu abastecimento, industrialização e comercialização. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Questão de Ordem). Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa inicia a votação de um novo requerimento, ou Vossa Excelência deseja do requerimento anterior, ainda?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Requeiro verificação de votação do requerimento que foi votado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1. Secretário que proceda à chamada nominal. (É iniciada a chamada nominal).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem) Senhor Presidente.

Eu declino do pedido de verificação de votação, de vez que não há necessidade, trata-se do último requerimento em pauta e, em conseqüência, fica prejudicada a questão levantada pelo ilustre Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Eu declino também da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) **Aprova-**

do.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Prefeito Municipal de Londri-

na e Superintendente do Sercontel, pelas atitudes corajosas em promover a expansão telefônica autônoma. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma sala para a instalação da biblioteca na Escola Estadual do Ditrato de Rancho Alegre, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e Presidente do INCRA, encarecendo solução ao problema dos ilhéus do Rio Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Extraordinária para logo após.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e quatro, com a presença dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, Paulo Furiatti, Marcio Almeida e Orlando Pessuti, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e os Senhores Deputados Edgard Ribeiro Pimentel, Tuguio Setogutte e Quielse Crisóstomo da Silva do Partido Democrático Social, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência na forma do artigo 40 do Regimento Interno, o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos. Constatada a existência de número legal o Senhor presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Senhores Deputados Paulo Furiatti e Marcio Almeida, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Senhor Deputado Paulo Furiatti agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O Senhor presidente após determinar que as reuniões serão condicionadas a existência de matéria, indica o funcionário Gilberto Lamparelli Silva, como Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encer-

rou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Gilberto Lamparelli Silva, secretário da Comissão.

(aa) PAULO CESAR FURIATTI - Presidente
GILBERTO LAMPARELLI SILVA - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 10.^a LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos três dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e quatro, com a presença dos Senhores Deputados, Nelson Guimarães Vasconcellos, Márcio José de Almeida, Amélia Hruschka, Orlando Pessuti, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do Partido Democrático Social os Senhores Deputados Tuguo Setogutte, Quiêlse Crisóstomo da Silva e Basílio Zanusso, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu Presidência na forma regimental de acordo com o Artigo 40 parágrafo único do Regimento Interno, o Senhor Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente, procedido o sufrágio, verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Senhores Deputados Márcio José de Almeida e Nelson Guimarães Vasconcellos, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumiu o cargo para o qual foi eleito o Senhor Deputado Márcio José de Almeida, agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O Senhor Presidente redistribuiu as seguintes matérias já existentes na Comissão. Projeto de Lei n.º 156/83 - de autoria do Senhor Deputado Márcio José de Almeida. Para relator o Senhor Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos. Projeto de Lei n.º 61/83 - de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Para relator o Senhor Deputado Mário José de Almeida avocou. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões serão condicionadas a existência de matéria, indica a funcionária Iolanda Guimarães Melo de Castro, como secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Iolanda Guimarães Melo de Castro, secretária da Comissão.

(aa) MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA

Presidente

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO

Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 10.^a LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatro dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, convocada conforme dispõe o parágrafo único do artigo 40, do Regimento Interno, compareceram à Sala do Pequeno Auditório da Secretaria deste Poder Legislativo, os Senhores Deputados indicados por suas lideranças partidárias para comporem como membros efetivos a Comissão de Indústria e Comércio, a fim de procederem a instalação e a eleição do Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão permanente. Iniciados os trabalhos, procedeu-se à eleição e, verificada a votação, constatou-se a maioria de votos para os Senhores Deputados Péricles Pacheco da Silva e Eduardo Baggio, eleitos Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Assumindo a Presidência para a qual fora eleito, o Senhor Deputado Péricles Pacheco usou da palavra, e em nome do Senhor Vice-Presidente agradeceu tal investidura, dizendo do propósito de contar com a participação de todos os membros da Comissão para dinamizá-la, retribuindo a altura dos mesmos e dos demais Senhores Deputados deste Poder Legislativo, nos cargos em que ora foram eleitos. Após o que, estabeleceu-se que as reuniões da Comissão de Indústria e Comércio, ficarão condicionados à existência de matérias ou outras ocorrências afetas à mesma e que quando tal acontecer, realizar-se-á através de reunião convocada pelo Senhor Presidente, em hora convenientemente a ser estabelecida e também indicou, o funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, Sr. Jayro Camargo, para continuar exercendo as funções de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e Vice-Presidente, demais membros presente e por mim Secretário, a fim de que produza os efeitos legais.

Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA
Presidente

Deputado EDUARDO BAGGIO
Vice-Presidente

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatro dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas e dez minutos, após a sessão plenária, reuniram-se na Sala das Comissões, com o fim específico de instalar

e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão Técnica de Cultura e Esportes, os Senhores Deputados Ezequias Losso, Odeni Mongruel, Homero Oguido, Ervin Bonkoski e Sabino Campos membros efetivos da citada Comissão, indicados por suas lideranças partidárias para comporem este órgão técnico da Casa. Havendo número legal e de acordo com o parágrafo único do artigo 40, do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Ervin Bonkoski, dando por instalada a Comissão. A seguir realizou-se a eleição verificada a votação, constatou-se a unanimidade de votos para os Senhores Deputados Ezequias Losso e Homero Oguido, para a Presidência e Vice-Presidentência respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado Ezequias Losso agradeceu aos seus nobres Pares em seu nome e em nome de seu Vice, a sua indicação para a presidência deste órgão técnico do Poder Legislativo, dizendo do seu propósito em corresponder com trabalho e honestidade e confiança nele depositada. Sendo o que constava e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, lembrando antes, aos presentes, que as reuniões da Comissão, ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Secretário a lavratura da competente ATA, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim; Agildes de Oliveira Martins, secretário da Comissão e mandada à publicação, para que produza efeitos legais.

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS
Secretário

Deputado EZEQUIAS LOSSO
Presidente

Deputado HOMERO OGUIDO
Vice- Presidente

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 4.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1984
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Augusto Carneiro.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos

Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.^o 107/83, (Mensagem n.^o 123/83 - ex-proposição n.^o 124/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos que revigoram os Convênios de 26/07/83, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, visando execução de obras de interesse público.

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Resolução n.^o 108/83, (Mensagem n.^o 128/83 - ex-Proposição n.^o 128/83), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 19/08/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Assis Chateaubriand, para execução do "PRONOROESTE". -**Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.^o 109/83, (Mensagem n.^o 125/83 - ex-Proposição n.^o 126/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de 04/08/83, consubstanciado na Resolução n.^o 231/83, de alteração dos atos constitutivos integrantes de Convênio que criou o Sistema CODESUL-BRDE, firmado pelos Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com as conseqüentes alterações regimentais na forma proposta. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária,

marcando uma Ordinária para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução n.^{os} 101, 102, 105 e 106/83

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução n.^{os} 107, 108, e 109/83

DISCUSSÃO ÚNICA - Das proposições n.^{os} 147/83, 01, 02, 03, 04, e 05/84

Levanta-se a Sessão